

Filhos da violência

Todas as crianças têm direito a crescer com amor, sob o cuidado dos pais. Mas nem sempre é assim. Em 42% dos casos de agressões entre casais, há miúdos no meio, a assistir na primeira fila, e a sofrer em silêncio. Eis a história de quem é, sempre, o elo mais fraco

POR TERESA CAMPOS, RICARDO FONSECA E ROSA RUELA

Tem corpo e discurso de crescido, mas é apenas um miúdo. Aos 14 anos, Ricardo não esquece o episódio que ditou o final da sua infância. O divórcio dos pais saíra havia apenas uma semana. Era a véspera dos seus anos. Dos seus 11 anos. «Lembro-me de o meu pai querer entrar lá em casa à força, de a minha mãe tentar impedi-lo e de ele lhe ter batido.

Eu agarrei no meu irmão e fugimos para o meu quarto, cheios de medo. E depois a polícia foi lá a casa.»

Era a primeira vez que Nuno, hoje com 39 anos, passava ao ato e agredia a sua ex-mulher, Ana, mais nova um ano, provocando-lhe um traumatismo craniano e uma série de rasgões nos músculos junto da costela superior (o que obrigou a uma cirurgia, com a aplicação de uma prótese, e dores num braço para o resto da vida).

A queixa à polícia seguiu os seus trâmites, enquanto o processo de Ricardo e do irmão mais novo foi entregue ao tribunal de família. Condenado por violência doméstica com pena suspensa, Nuno não perdeu tempo a apontar o dedo a Ana, acusando-a de não o deixar ver os filhos.

«O nosso pai dava-nos tudo o que lhe pedíamos, mas não nos ligava quase nada», explica Ricardo, sobre o facto de ter deixado de querer estar com Nuno.



As queixas são antigas, ainda os pais eram casados: «Uma vez, o meu irmão adoeceu e, por causa disso, a minha mãe decidiu ficar em casa. Só que o meu pai queria levá-lo para casa dos meus avós, e acabou a encostar a minha mãe contra a parede.» Nessa altura, Nuno descontrolava-se muito: «Batia no meu irmão só porque não se despachava...» A Ricardo, isso nunca aconteceu: «Quando ele gritava, eu despachava-me logo, com medo.»

Hoje, o tribunal de família já desistiu de culpar a mãe – e prepara-se para avaliar a relação de Nuno com os filhos. Ou melhor, com o miúdo mais velho, já que o mais novo, hoje com 8 anos, voltou a passar algum tempo com o pai, desde há dois meses. «É bom para ele, porque sente a sua falta e não entende o que aconteceu», avalia Ricar- ▶

Não gosto nada do meu pai
Mas gosto da minha mãe porque o
meu pai quer matar a minha
mãe.



► do. Uma pausa depois, lá vem a confissão: gostava que Nuno fosse «um pai como deve ser». Silêncio. «Mas como não posso mudar as pessoas, estou melhor assim...»

DAR UM MURRO NA MESA

Foi a pensar em miúdos obrigados a viver num ambiente hostil, testemunhando agressões entre os pais, que a Comissão de Igualdade de Género (CIG) lançou a mais recente campanha contra a violência doméstica. «Em 2011, 42% dos casos foram presenciados por menores», revela Marta Silva, coordenadora do núcleo de violência doméstica da CIG. «São quase metade.» Sob o slogan «Em vossa defesa, dê um murro na mesa», a campanha mostra uma mãe a questionar o médico sobre as reações estranhas do filho. O clínico devolve-lhe a pergunta: «Há quanto tempo é que o seu marido lhe bate?»

É o retrato da vítima-tipo: mulher, casada e com filhos. «Impõe-se acabar com a crença de que ‘ele é mau marido mas é bom pai’, porque os efeitos sobre as crianças são muito nefastos», defende Marta Silva, recusando críticas à campanha. «A nossa intenção é pôr as pessoas a falar do assunto.» Curiosamente, a mesma motivação que levou o produtor Tino Navarro a escrever o argumento de *Quarta divisão*, filme realizado por Joaquim Leitão, que estreou a 28 de fevereiro: «Gostava que convidasse à reflexão: não há nada mais mise-

rável do que alguém ser maltratado por quem mais ama.»

Seja no consultório médico, seja na polícia ou na escola, tem havido avanços nos últimos anos. Como em muitos casos, o primeiro passo é fazer queixa às autoridades, as esquadras de polícia tornaram-se chão muitas vezes pisado para estas vítimas e para os seus filhos. E os agentes ganharam uma sensibilidade especial à situação. «Mesmo que a mãe seja a principal vítima, não podemos esquecer que a criança também sofre maus-tratos psicológicos», sublinha o primeiro-sargento Carlos Daniel, chefe do núcleo de Lisboa do projeto de Investigação de Apoio a Vítimas Específicas. Um miúdo entrevistado no gabinete que o agente ocupa no posto da GNR da Malveira (Mafra) encontra ali bonecos de peluche, um «saco mágico»

com brinquedos e até um computador portátil. «Se vir que vai ajudar, empresto-lho um bocadinho», sorri o militar.

Carlos Daniel sabe também que, quando a violência é extrema, a criança aparece muito mais assustada do que a mãe, «o que é natural, até por não estar habituada ao mundo dos adultos». Para minimizar o impacto nas vítimas na ida à polícia, o militar trabalha à civil, sem farda – e não estende as conversas por mais de vinte minutos, meia hora.

Estas boas intenções só não se concretizam quando o telefone toca na esquadra. Veja-se a história de João, 13 anos, e recuemos até ao dia em que a mãe, Cristina, 41 anos, contabilista, gritou «Chama a polícia!» e ele viu o irmão mais velho ficar petrificado. João correu ao quarto, onde escondera um telemóvel que o pai não conseguira tirar-lhes, e ligou para o 112. Do outro lado da linha, não acreditaram quando começou a contar, atabalhoadamente, que o pai estava a bater na mãe outra vez. Então, arriscou ir com o telefone na mão até à sala, onde os gritos eram tantos que o interlocutor já só pediu a morada daquele apartamento em Sintra.

A VEZ DAS ESCOLAS

Ao lado das polícias, na partilha de unidades de sinalização e denúncia, estão as escolas – como referiu Teresa Morais, secretária de Estado dos Assuntos Parla-

‘Os meus pais estão **SEMPRE A BRIGAR** porque o meu pai passa a vida no café em vez de ir procurar trabalho’

João, 10 anos, no 3.º ano de escolaridade

○ O desenho de Rui deixa perceber um dos vários episódios de violência doméstica que foi obrigado a testemunhar.

O menor retratou o pai a **AGREDIR** a mãe **COM RECURSO A UM OBJETO**.



mentares e Igualdade, quando foi lançada a campanha da CIG: «Em 2011, 23,9% das situações foram reportadas às Comissões de Proteção de Crianças e Jovens pelos estabelecimentos de ensino.»

Fátima Souto, diretora técnica do IDEIA – Instituto para o Desenvolvimento Educativo e Integrado na Ação, uma IPSS em Tires, Cascais, sabe bem disso. Com 700 crianças nas valências de primeira infância, pré-escolar e primeiro ciclo, mais do que uma vez viu miúdos «a reproduzirem modelos» de violência através de bonecos, levando-a a atuar. «Se a escola não quiser saber [o que se passa], é dramático», diz. Alda Fonseca, técnica daquela instituição que também colabora com agrupamentos do concelho, só lamenta que agora os professores estejam, em geral, menos disponíveis. «Hoje, reage-se muito ao comportamento, aplicando-se castigos, em vez de se procurar a origem do problema.»

É quando as vítimas chegam aos hospitais, esmurradas e com os filhos a tiracolo, que os casos mais impressionam. «Na maioria das vezes, as mães vêm pedir tratamento enquanto os filhos estão na escola. Mas se a agressão é recente, acabam por trazê-los», conta Piedade Pinto, enfermeira especialista da unidade de recolha de provas forenses, no Centro Hospitalar Médio Tejo, em Abrantes, o único do País na área da violência doméstica. Das vinte mulheres que ali apareceram no último ano, uma mão-cheia levava crianças: três eram bebés, as outras mais crescidas. «Lembro-me de uma dizer à mãe: ‘Tu não podes continuar com ele...’»

AMOR, FAMÍLIA, SORRISOS...

São testemunhos de muito valor. Feitas as queixas às autoridades policiais, ou na Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco (CPCJ), o processo segue para o Departamento de Investigação e Ação Penal (DIAP), momento em que se torna fundamental ouvir as crianças. É por isso que existe uma sala batizada de DIAP Júnior, com palavras escritas nas paredes de cores alegres: Amor, Família, Sorrisos... Ao centro, há uma mesa com jogos infantis.

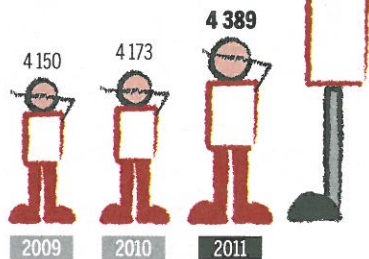
Garantir depoimentos para memória futura, explica a magistrada Maria Filomena Alves, é um dos procedimentos obrigatórios. «É muito importante acautelar a espontaneidade do relato das vítimas.» O DIAP conta, também, com ou-

O elo mais fraco

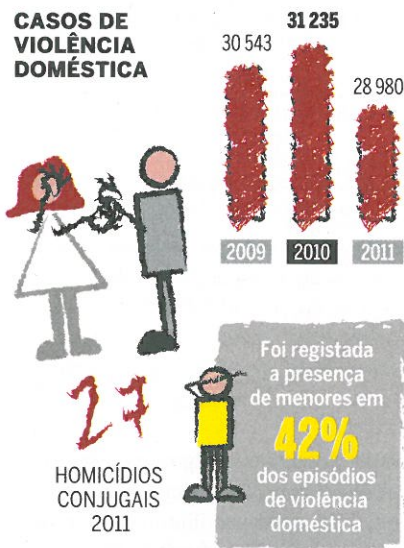
Os dados das polícias e da Comissão Nacional de Proteção de Crianças e Jovens em Risco mostram um aumento do número de menores expostos a ambientes familiares violentos

VALORES DE 2011

NÚMERO DE VÍTIMAS Filhos/enteados



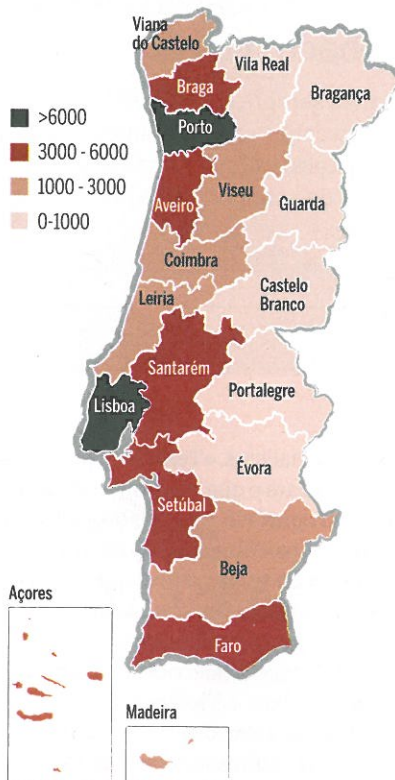
CASOS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA



CAUSAS QUE JUSTIFICARAM A CLASSIFICAÇÃO DE «AMBIENTE DE RISCO PARA OS MENORES», POR PARTE DAS AUTORIDADES



NÚMERO DE PROCESSOS DE MENORES EM RISCO



COMO AS DENÚNCIAS CHEGARAM À COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE MENORES



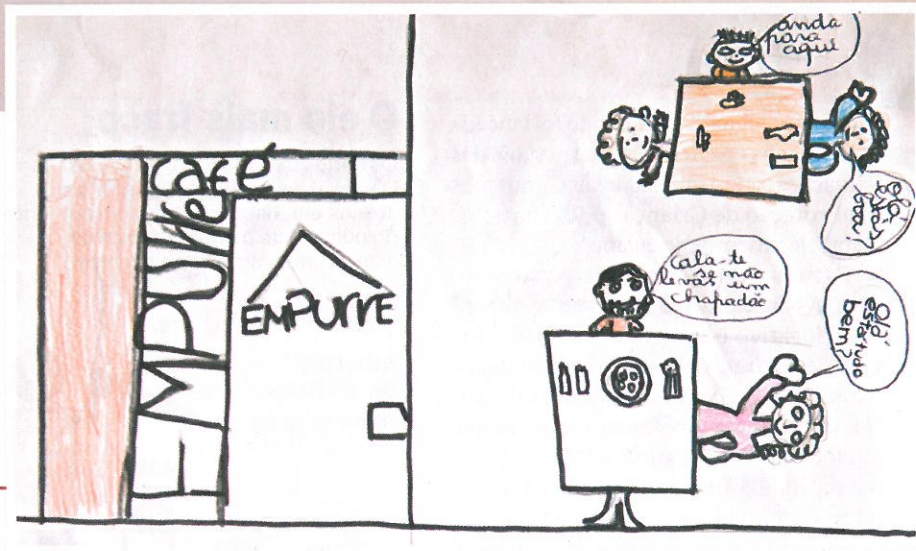
FONTE Ministério da Administração Interna e Comissão Nacional de Proteção de Crianças e Jovens em Risco

INFOGRAFIA MT/VISÃO

O pai **BATIA MUITO** na mãe quando chegava bêbado a casa.

Estava sempre a ameaçar a mãe, até no café. A menina nunca queria ir com eles porque tinha vergonha e medo de apanhar tarefa por defender a mãe.

Joana, 8 anos, no 2.º ano de escolaridade



► tros especialistas. «Tentamos preparar as crianças para o que vai acontecer durante o interrogatório conduzido pelo juiz», explica a psicóloga Mariana Saramago. «O facto de terem de relatar a mesma história a várias pessoas acaba por contribuir para a revitimização.»

Aprocuradora que coordena a Unidade de Combate à Violência Doméstica defende uma abordagem especializada quando as vítimas são crianças. «Trata-se de casos complexos, que envolvem muitas emoções contraditórias», nota Maria Filomena Alves, salientando que esses processos habitualmente levam um carimbo de «urgente». De março de 2010 a outubro de 2012, foram deduzidas 391 acusações pelo DIAP de Lisboa. Esses processos resultaram em 136 condenações e 93 absolvições. «Muitas vezes, as vítimas arrependem-se da queixa e optam pelo silêncio em tribunal.»

AS TESTEMUNHAS

Quando a violência se torna extrema, a solução mais imediata é encaminhar as ví-

Conselhos Esteja alerta

Todas as crianças que crescem numa casa onde existe violência doméstica sofrem com isso. Saiba o que deve fazer:

- » Dê-lhes apoio e oiça-as
- » Fale com um profissional de saúde, pediatra ou psicólogo
- » Certifique-se de que os miúdos sabem que não são culpados
- » Diga-lhes para se afastarem, se as agressões decorrerem na sua presença

timas para casas-abrigo, de forma a oferecer-lhes proteção e apoio. A crer nos relatos, a maioria das mulheres que ali chegam sentem que estão a fugir do inferno. Com a roupa que tinham vestida e as crianças nos braços, deixam para trás dias infamáveis de tortura, física e psicológica.



Cristina fugiu com a mãe para uma casa abrigo, onde esteve durante alguns meses.

Foi a única forma de **ESCAPAR ÀS AGRESSÕES** do pai.

Este é o seu retrato da família – a criança surge sem rosto no meio dos pais

«Os filhos são sempre o fator mais importante para uma mãe apresentar queixa ou sair de casa», acredita Mário Jorge Silva, psicólogo e diretor do Espaço V, um gabinete de acompanhamento a vítimas de violência doméstica, em Cascais. «Há mulheres que não saem, porque receiam não ter condições económicas para os sustentar. Em classes mais favorecidas, temem que o marido arranje um advogado tão bom que lhes tire as crianças.» Mas, ao fim de muitos anos de agressões, quando um menor se torna também vítima do agressor, a mulher decide-se. «Pensa: 'Está a chegar ao meu filho, tenho de fazer alguma coisa para acabar com isto'», conclui o psicólogo.

Os efeitos não se fazem esperar. «As crianças que testemunham a violência têm uma perceção clara do que está a acontecer, e vão, a curto prazo, dar sinais de que algo não corre bem na sua vida», nota Alberta Silva, coordenadora do centro de atendimento da Associação de Mulheres Contra a Violência (AMCV). «A violência contra uma mãe é sempre contra os filhos», defende, lamentando que quando as crianças não são vítimas diretas, é mais difícil o tribunal de família perceber o impacto que o contacto com o agressor pode causar. «Como todas as crianças devem ter um pai, entende-se que não se iniba esse contacto. Mas pode não ser assim. A criança arrisca-se a continuar a ser vítima de violência indireta, mesmo depois de os pais se separarem.»

'HOMEM QUE AMA NÃO BATE'

A frase de Maria ficou para sempre gravada na memória da mãe. As palavras da criança, então com 8 anos, foram ditas

enquanto tentava segurar as lágrimas: «Temos de sair daqui, não podes aguentar mais isto.» Naquela noite, a mais velha dos três filhos de Carla e Manuel, verbalizou, pela primeira vez, o que estava a sentir, segundos depois de ver o pai espancar a mãe. «A frase mexeu comigo», conta Carla. «A minha filha, ainda tão pequena, percebeu que aquilo não era correto.»

Manuel começou a agredir a mulher dois anos após o casamento. Os maus-tratos aconteciam quase diariamente e sempre que o agressor regressava do café, alcoolizado. Carla deitava os filhos mais cedo, para que não assistissem às cenas. «Quando ele chegava, chamava-me nomes, acusava-me de andar a enganá-lo.»

As três crianças acordavam constantemente sobressaltadas, devido aos berros, ao arremesso de objetos e aos gritos de sofrimento da mãe. «Chegava a colocar a mão à frente da boca para não os acordar.» Maria entreabriu várias vezes a porta do quarto para ver o que se passava. O medo impedia-a de sair. Até aos 13 anos. Certa noite, saltou da cama e correu em auxílio da mãe, agarrando-se às pernas do pai. Manuel, que nunca antes batera nos filhos, puxou o braço atrás e deu uma estalada à filha mais velha.

«Esse estalo fez-me abrir os olhos, e, pela primeira vez, chamei a GNR», relata Carla, habituada, durante anos, a disfarçar as marcas de violência para que vizinhos e amigos não percebessem o que lhe acontecera. Naquela noite, foi observada por médicos do Instituto de Medicina Legal, e o marido levado para o posto. Horas depois, seriam ambos devolvidos a casa, como se nada se tivesse passado. Então, a pequena Maria encheu o peito e disse ao pai o que pensava: «Um homem que ama uma mulher não faz o que tu fazes.»

ISOLAMENTO, VIOLÊNCIA, CHORO

Hoje, Carla vive com os três filhos refugiada em instalações geridas pela UMAR, uma organização de defesa dos direitos das mulheres – e Maria continua a repetir à mãe que nunca mais quer ver o pai.

Existem em Portugal 37 casas de abrigo com capacidade para cerca de 700 pessoas. A rede, pública e gratuita, é gerida por instituições privadas, como a UMAR,



MARCUS ENGRA

Manuel Coutinho

Coordenador do SOS Criança

'Devemos meter a colher e denunciar estas situações'

O que fazer perante famílias em que há violência?

Quando vemos que alguém começa a isolar-se, a ter uma vida conjugal difícil, é porque há problemas. Perante isto, não devemos fazer como antigamente e aceitar que «entre marido e mulher, não se mete a colher». Todos devemos meter a colher e denunciar estas situações. Temos o dever de ajudar as pessoas a sair desse ciclo.

Que riscos correm as crianças?

Ficam completamente perdidas, depressivas, com baixa autoestima, agressivas. Estão inseguras, ansiosas, porque as pessoas que as deviam proteger e cuidar delas estão em rota de colisão e a pô-las no meio. Vivem ensanduichadas, num conflito de lealdade, porque não sabem a quem agradar. Dizem a um e a outro o que pensam que eles querem ouvir e não sabem como sair dessa situação. Andam tristes e nem sempre

compreendem o que está a acontecer. Sentem-se perdidas.

Há falhas na lei e nos apoios?

Não. Quando trabalhamos com famílias em que há crianças, o tempo é algo difícil de gerir, é um terreno muito pantanoso. Retirar uma criança a uma família rapidamente demais pode ser a sua salvação mas também pode tornar-se num drama muito grande. Por regra, isso não se faz mas, em situações-limite, e de urgência, é possível que tal aconteça. Mesmo assim, impõe-se ter muito cuidado. Tem de se dar prioridade à família e perceber se foi ou não um ato isolado. Outras vezes, não retirar também pode ter efeitos nefastos para as crianças. Acredito que os técnicos que estão na primeira linha fazem o seu melhor. Mas quando se trata de crianças, o melhor é estarmos todos alerta, para que, a cada momento, se possa corrigir, ou mesmo evitar, situações mais graves.

a AMCV e a APAV (Associação Portuguesa de Apoio à Vítima). As instalações estão preparadas para receber vítimas a qualquer hora. Em 2012, só as duas casas da UMAR acolheram 96 mulheres e 146 crianças. «Fazemos, de imediato, contactos para integrá-las rapidamente na escola», explica Elsa Branco, técnica da APAV, sublinhando a importância desse primei-

ro passo para combater traumas. A técnica conhece os sinais de cor: isolamento, dificuldades de aprendizagem, violência contra os amigos, falta de confiança, choro compulsivo. «A terapia é demorada, pode ultrapassar os seis meses.»

Se pensarmos na história de Raquel, torna-se fácil perceber porquê. Vivia, literalmente, trancada em casa, com os dois ▶

REVELAÇÃO Através dos desenhos das crianças, os psicólogos avaliam o tipo de violência a que foram sujeitos, e os seus efeitos

▶ filhos. Quando Rui saía do apartamento, fechava a porta por fora e levava consigo a única chave. «Nunca me deixava sair sozinha com os dois filhos», conta, «porque, assim, garantia que eu regressava.»

No dia em que Raquel disse que pretendia terminar a relação, Rui pontapeou-a e destruiu-lhe o telemóvel. «Ninguém sai desta casa», gritou, vezes sem conta. Nem o choro das crianças o acalmou. Raquel ligou aos pais e à PSP, mas dois dias depois rendeu-se às desculpas do marido. «Só o fiz porque não queria que os meus filhos crescessem sem pai.» No entanto, passada uma semana, voltou tudo ao mesmo. Nesta fase, já os miúdos eram agressivos para os colegas. Acabou por ser a APAV a salvar Raquel do pesadelo, oferecendo-lhe lugar numa casa de abrigo.

O QUE DIZ A LEI

Em caso de divórcio, a guarda dos filhos deve ser exercida em conjunto mas, quando há violência, tudo se complica. Daí que a Associação de Mulheres Juristas (AMJ) proponha uma lei global, que não separe os processos de regulação parental dos de violência doméstica. «Se obrigarmos uma criança a estar com o agressor, promovemos mais uma violência continuada sobre ela», alerta Aurora Rodrigues, procuradora do DIAP de Évora e presidente da AMJ. Patrícia, 47 anos, quadro superior, sabe bem do que fala a magistrada. Esteve casada durante 14 anos, um casamento que descreve como da maior violência psicológica. «Quando ele ficou sem emprego, não aceitou que eu estivesse numa melhor situação, e entreteve-se a destruir a minha autoestima...» Até que, há dois anos, decidiram separar-se. Ela ficou com as crianças, de 15 e 10 anos.

Em outubro, quando levou o mais pequenino para a visita de fim de semana ao pai, este perdeu a cabeça e agrediu-a, à

frente do filho. Resultado: uma perfuração do tímpano, com futura cirurgia. Seguiu-se o pedido de suspensão das visitas. «Passámos a viver em pânico, nesses dias.»

Ao voltar a tribunal, os resultados não foram os esperados. «Depois de ouvir os meus filhos, o juiz acusou-me de não fazer a mínima ideia do que era ser mãe. Afirmou que o meu medo constituía uma agressão para eles, insistindo que a violência do pai pertencia ao passado.»

As crianças, prossegue Patrícia, chegaram perturbadíssimas a casa. «Contaram-me que o juiz lhes disse que a culpa de o pai ter batido na mãe era deles e que, ao não quererem estar com o pai, o conduziam àquele tipo de atitudes...» Sem um fim à vista para o seu caso, Patrícia não disfarça o desânimo: «Agora, compreendo por que há cada vez mais mulheres mortas: incentiva-se que reajam e denunciem os companheiros, mas depois falta ajuda. E sentimo-nos ainda mais impotentes para proteger os nossos filhos.»

EFEITOS PARA A VIDA

Depende sempre do caso concreto, ressalva o pedopsiquiatra João Beirão, mas testemunhar agressões entre os pais afeta as expectativas e as idealizações das crian-

ças. «Se for um rapaz e o pai não respeitar a mãe, corre o risco de criar a ideia de que a sua relação de namorado (e marido) vai ser parecida. Ao mesmo tempo, tem o desejo de proteger a mãe, mas não consegue, porque é pequeno. Se for menina, corre o risco de assimilar a ideia de que o papel da mulher é ficar à mercê de um homem.»

«A experiência pode mesmo ter efeitos devastadores», acrescenta Ana Isabel Sani, psicóloga que defendeu uma tese de doutoramento sobre o tema, em 2001, na Universidade Fernando Pessoa, no Porto. O estudo, realizado com miúdos em idade escolar, permitiu detetar padrões de comportamento na sala de aula: ou estão distraídos, a temer o que poderá estar a passar-se em casa, ou a desejar ir até lá, pensando que a sua presença evitaria a agressão. Outros recebiam ser culpados. «Um garoto contou uma vez que ouviu o pai dizer à mãe que a culpa da vida horrível que tinham era dela porque tinha engravidado – e que se não fosse isso, não estavam juntos», recorda a especialista.

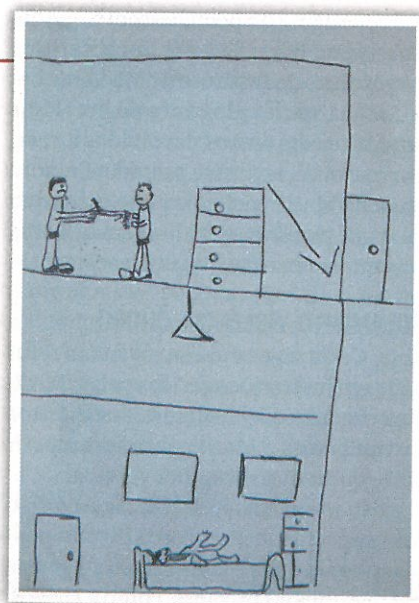
No limite, a situação pode levar um filho a um ato irreversível. Veja-se a história de Miguel, 16 anos, que perdeu a cabeça. Há um ano, após acusar o pai de destruir a família, inflingindo humilhações permanentes ao irmão e à mãe, decidiu agir. Foi à cozinha, retirou uma catana do armário e desferiu vários golpes no pai,

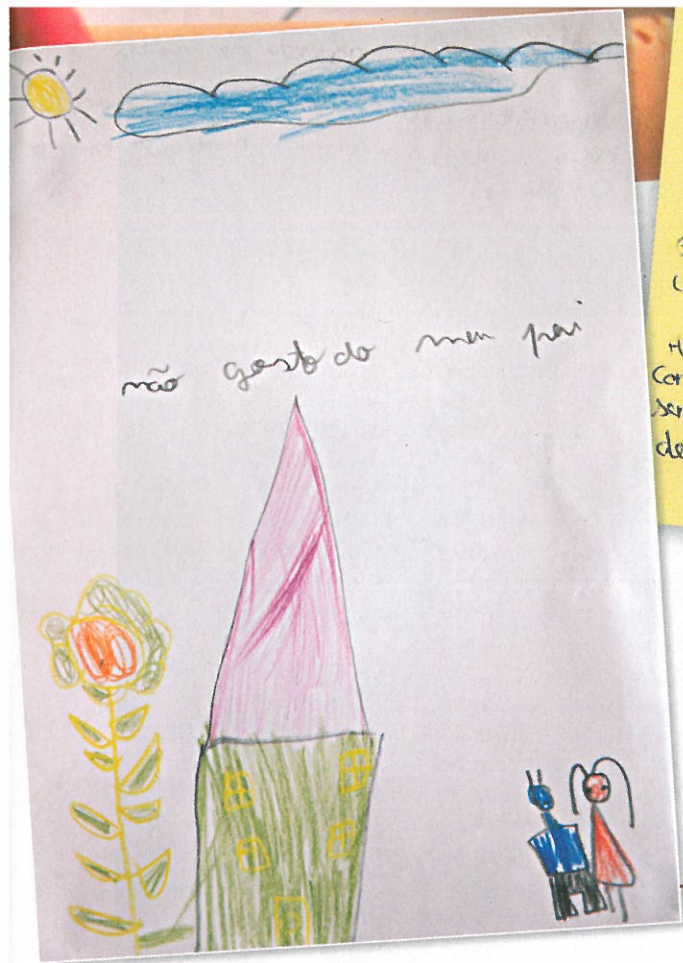
● O padrasto batia muito na mãe e era preciso ir o tio separá-los.

O MENINO ia esconder-se para o seu quarto, mas OUVIA TUDO PORQUE ELES GRITAVAM MUITO.

A seta que está ao pé do armário é para dizer que até o armário levava pontapés e caía.

Gustavo, 9 anos, no 2.º ano de escolaridade





Aos dias em que acontecia isso em minha casa, sentia-me sempre que via o meu pai a dar maus tratos à minha mãe. Depois que a minha mãe decidiu fazer questão sobre o que pai mudou, disse que ia mudar, mas mesmo assim continuou que tinha medo de chegar a casa. O meu pai só fazia isto quando estava alcoolizado. Eu queria que tudo tivesse sido diferente, de outra maneira, que a minha família fosse sem problemas. Quando vim para esta casa, estava com medo, porque nunca tinha mas quando cheguei conheci algumas pessoas da casa, na primeira semana já estava mais contente na casa, e todo o pessoal desde da de lá, são muito simpáticos e fazem tudo para o resto bem-estar.

'O meu pai queria MATAR A MINHA MÃE com uma faca por causa do jantar. Não percebi porquê'

André, 9 anos, no 3.º ano de escolaridade

que dormia no sofá. A seguir, dirigiu-se ao posto da GNR, onde confessou o crime. Condenado em primeira instância, os juizes do Tribunal da Relação de Coimbra reduziram-lhe a pena de prisão, com base no facto de o jovem ter vivido anos num «ambiente muito desfavorável».

Depois de vários anos a assistir ao aumento constante das denúncias à PSP, no concelho de Cascais – «um bom indicador de que as pessoas passaram a pedir mais ajuda» –, Filipa Pereira, técnica da Câmara e responsável do Fórum Municipal Contra a Violência Doméstica, nota que as queixas diminuíram.

«Não é o que diz a nossa experiência»,

riposta Cátia Rodrigues, dirigente de uma casa de abrigo da APAV. Em média, recebiam 20 a 30 casos por ano – em 2012, o número ascendeu a sessenta. A explicação que encontra tem a ver com a prática da sua instituição: «Não impomos como condição que a mulher se queixe para a aceitar no acolhimento.»

Apesar da disponibilidade total, Cátia sabe, também, que nem sempre dessa entrega resultam os frutos pretendidos. «Há ainda muitos casos de vítimas que saem do abrigo e voltam para o agressor, desculpando-se sempre, e mais uma vez, com os filhos.» Se o risco para os menores se mantiver, aos técnicos da associação

não restam alternativas que não seja sinalizá-los, participando os casos à CPCJ.

Mas respiremos fundo. Apesar de todo o cenário, há histórias com finais felizes. Oiça-se Susana, 40 anos, cozinheira, que fez uma verdadeira travessia do deserto com os filhos. Durante doze anos de casamento, viveu para os miúdos, iludindo-se com a ideia de que o companheiro não a vergava. Os insultos eram uma constante. «Não prestas, não vales nada...» Seguiram-se várias tarefas. Susana só bateu no fundo quando ele foi ao seu local de trabalho e agrediu também os seus colegas. «Atirou-me contra a parede e deslocou-me o ombro.»

Quando chegou a casa, de braço ao peito, não teve como não contar aos filhos. E eles acabaram por lhe confessar que o pai lhes dissera que, um dia, haveria de matá-la. «Até essa altura, pensara que não devia sair, para proteger os meus filhos. Mas sujeitá-los àquilo era muito pior.»

Escoltados pela polícia, deixaram tudo – a casa, os bens, os vizinhos, os amigos. Passaram quase 12 meses num abrigo. No início do ano passado, Susana abraçou uma nova vida. Agora, esboça um sorriso que não deixa margem para dúvidas: «Sim, os miúdos estão bem.»

*Todos os nomes das vítimas que contribuíram para esta reportagem com o seu testemunho são fictícios

Uma tragédia sem fronteiras

A Associação Mulheres contra a Violência participou num projeto europeu que originou o livro *Witnessing Violence (Testemunhando a Violência)*. Em Portugal, foram inquiridos técnicos e crianças. Aos adultos perguntou-se o que observam em crianças vítimas indiretas de violência doméstica: a esmagadora maioria referiu a falta de atenção e os maus resultados escolares (93,8%), a aprendizagem de modelos de relação agressivos (92,3%) e distúrbios como dores de barriga e dificuldade de adormecer (87,7%). Às crianças, apresentou-se a história de uma família de cães em que, por vezes, o pai e a mãe ladram um com o outro, chegando a morder-se. O que faz o cachorrinho? Os miúdos responderam que tenta reconciliar os pais (44%), esconde-se (25,6%), fica a olhar (17,2%), não se apercebe (7,4%) ou pede ajuda a outro cão (5,8 por cento). E como é que se sente? Triste (40,5%). Ou com medo (39,8%).